

Todos sabemos o quanto as percepções sobre paisagem e paisagismo sempre estiveram fortemente atreladas à história dos jardins; a idéia de *paridæza*, da metáfora de natureza circunscrita, da manipulação dos elementos naturais para deleite e utilidade humanos em espaço delimitado e estruturado sob um ponto de vista, organizando a “bagunça” e a imprevisibilidade do mundo natural para maior legibilidade e fruição, inscreveram-se no imaginário coletivo (o que inclui os próprios paisagistas) durante muitos séculos. Um dos pontos de inflexão nessa história tem lugar no século 16, a partir do qual a chamada civilização ocidental conduz um fecundo e revolucionário processo de evolução nas artes e nas ciências. É nesse momento que tem início o “*intercâmbio universal das idéias que finalmente elevaram as artes da paisagem de um nível doméstico e local de desenho ao conceito moderno de planejamento abrangente*” (G. Jellicoe, 1995). O que conhecemos como paisagismo ganhou em escopo e complexidade, incorporando dimensões, escalas e articulações até então inimagináveis, sem que, evidentemente, devamos minimizar a importância da escala do jardim (seja individualmente ou em sua somatória).

No que diz respeito aos espaços livres públicos, estes nascem com o homem social, com a história das cidades, confundindo-se em sua informalidade com a história “oficial” das tipologias tradicionais do paisagismo – embora os primeiros parques construídos com dinheiro público aconteçam na Inglaterra do século 18, Senaqueribe já teria construído um para seus súditos, em Nínive, no século 7 a. C. (A. Spirn, 1995) e, no Brasil, apesar de os primeiros parques serem um legado do século 19, Maurício de Nassau na Recife setecentista abriu as portas do Parque de Friburgo para usufruto da população.

Não é ilegítimo pensar, portanto, que uma dimensão social tenha sempre permeado a história do paisagismo. A rigor, a atividade projetual concede materialidade a contextos que incluem desde aspectos da base biofísica aos processos socioculturais em curso. Entretanto, é preciso notar que tem ganhado força a idéia de que é importante não apenas pensar o espaço público como produto, mas também como



EDITORIAL

processo, no qual outros atores sociais entram em cena, participando com suas percepções, valores, necessidades e desejos e contribuindo no esforço de criar as bases para que os espaços projetados se tornem verdadeiramente *lugares*, onde as pessoas se identifiquem como indivíduos e coletividade.

Lawrence Halprin, em seu livro *The take part experience*, desenvolve uma teoria (povoada de estudos de caso) sobre o processo de criação coletiva, percorrendo (em uma perspectiva assumidamente política) sobre a importância da participação da sociedade no processo de tomada de decisão sobre os espaços livres públicos, como antídoto ao crescente senso de alienação de nosso tempo. Eileen Adams (educadora que juntamente com paisagistas e outros profissionais coordena projetos de áreas públicas com a participação de escolas inglesas) discutiu em seu livro *Changing places* a necessidade do estabelecimento de novas formas de relações entre projetistas e comunidades envolvidas nas quais as pessoas sintam um senso de envolvimento, um grau de pertencimento e uma medida de controle; e Henry Sanoff (arquiteto e professor da Universidade da Carolina do Norte que já publicou 20 livros sobre o tema) enfatiza em um de seus trabalhos mais recentes (*Participatory design*) a importância de se repensar a postura do projetista que trabalha com espaços públicos, comentando que as experiências com participação demonstram que os usuários ficam satisfeitos, nem tanto por seus desejos terem sido contemplados, mas pela sensação de terem influenciado nas decisões. Esses autores aqui mencionados fazem parte de um universo de profissionais e pesquisadores, de vários campos do conhecimento, que tem crescido sobremaneira nos últimos 30 anos.

No Brasil o “Estado da Arte”, no que diz respeito à questão da participação comunitária também tem se ampliado em diversas áreas das ciências humanas. Na atualidade, é vital que isso aconteça, capitalizando um sentimento crescente, por parte da sociedade sobre as necessidades, vontade e pertinência de se manifestar sobre os desígnios dos espaços públicos. Há outro aspecto, porém, em que o trabalho acadêmico tem um papel importante, uma vez que conceitos como “responsabilidade social” e “participação popular” (a exemplo de tantos outros vocábulos) já padecem de uma certa banalização, clichês repetidos (como panacéia) pelos veículos de comunicação, empresas que querem melhorar a imagem e políticos demagógicos, entre outros, é urgente que se discuta, analise, aprofunde e sobretudo se questione as formas pelas quais esses processos acontecem e de que maneira transcendem a mera instância “assistencialista”, contribuindo para a transformação dos processos sociais em curso. É prazeroso observar o número cada vez maior de alunos da área de concentração em paisagismo do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, que tem se debruçado sobre o assunto. Sílvia Dobry, Caio Boucinhas, Raul Pereira, Paulo Gonçalves e Daniela Ramalho, entre outros, discutem, em suas dissertações e teses, aspectos da participação popular em espaços livres públicos em cidades

brasileiras. Tenho a convicção da importância desses trabalhos que contribuirão, em última análise, para recuperar a memória de vários projetos participativos desconhecidos no país.

A respeito desse assunto, cumpre-me dizer, finalmente, que a *Revista Paisagem e Ambiente* terá, proximamente, um número dedicado especialmente ao registro e discussão de uma experiência dessa natureza, realizada com a participação de alunos da pós-graduação da FAU, poder público municipal e comunidade, estando aberta à publicação de artigos sobre o tema em seus números próximos.

Este número traz uma série de artigos que, em última análise, ratificam o exposto no começo deste editorial – a diversidade, a complexidade e as diferentes escalas de abordagem do campo do paisagismo:

No âmbito de Projeto, *Rossana Vaccarino* apresenta um vigoroso texto-denúncia, no qual alerta para o perigo em que se encontra o legado da obra paisagística de Roberto Burle Marx, seja pelas alterações expressivas dos espaços ao longo do tempo ou pelo efetivo desaparecimento de jardins e espaços livres públicos; chama a atenção ainda para as dificuldades de recuperação desse legado em função da perda de fontes primárias que poderiam subsidiar tal empreendimento, trazendo à tona a discussão (polêmica) sobre o conceito de conservação de jardins de importância histórica. Ainda com relação à instância do projeto, *Rubens de Andrade* e *Vera Regina Tângari* analisam, à luz da história, aspectos morfológicos de um dos espaços livres importantes da cidade de Belém – a Praça da República.

No módulo Paisagem urbana, a revista traz dois artigos que abordam questões emergentes em cidades brasileiras de porte médio – *Décio Rigatti* discute aspectos da estruturação espacial de duas cidades turísticas do Rio Grande do Sul, Gramado e Canela, analisando a forma pela qual o espaço urbano articula relações entre visitantes e moradores, chamando a atenção para os perigos do hiperturismo, capaz de descaracterizar a paisagem, eliminando o habitante do lugar, dessas novas configurações; *Paula da Cruz Landim* também apresenta uma visão crítica de cidades do interior paulista, nas quais, a despeito das singularidades socioculturais e biofísicas de suas paisagens, tem lugar todo um processo de descaracterização e homogenização dessas paisagens em função de valores estéticos e de usos extemporâneos.

Finalmente, na esfera do Planejamento, *Ana Paula Felipe* discorre sobre uma interessante experiência de revisão de plano diretor na França, na cidade de Vaulnaveyès-Le-Haut, em função da necessidade de introdução de critérios paisagísticos em planos urbanísticos após promulgação de lei que normatiza o assunto.

Profa. Dra. Catharina C. dos Santos Lima